

# A ESPOLIAÇÃO DA VIDA E A JUSTIÇA AMBIENTAL<sup>1</sup>

*The spoliation of life and environmental justice*

## Rodrigo Corrêa Teixeira

Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas. Brasil.

[rteixeira@pucminas.br](mailto:rteixeira@pucminas.br)

## Marina Paula Oliveira

Mestra e Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. Brasil.

[marinapaulaoliveira@gmail.com](mailto:marinapaulaoliveira@gmail.com)

## Victor de Matos Nascimento

Doutorando, Mestre e Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. Brasil.

[victormatosnasc@gmail.com](mailto:victormatosnasc@gmail.com)

Recebido: 17/05/2022

Aceito: 07/06/2022

## Resumo

O presente artigo se propõe a responder a seguinte questão: seria possível compatibilizar a conservação da natureza e a acumulação de capital nas atuais configurações do capitalismo? A partir de uma revisão bibliográfica, é feita uma reflexão crítica, amparada sobretudo na discussão de David Harvey sobre acumulação por espoliação, no intuito de questionar os elementos intrínsecos ao capitalismo moderno que dificultam esta questão. Como é demonstrado, verifica-se que esta compatibilização está condicionada à, dentre alguns elementos, à participação política das sociedades, uma vez que sua revisão poderia ser um caminho para se repensar as lógicas hierárquicas do capitalismo global e refletir acerca de uma justiça ambiental.

**Palavras-chave:** Recursos naturais, Acumulação por espoliação, Capitalismo Global, Justiça ambiental.

## Abstract

This paper aims to answer the following question: would it be possible to make nature conservation and capital accumulation compatible in the current configurations of capitalism? Based on a bibliographic review, a critical reflection is made, supported mainly by David Harvey's discussion on accumulation by dispossession, to question the elements intrinsic to modern capitalism that hinder this issue. As shown, this compatibility is conditioned to, among some elements, the political participation of societies since its revision could be a way to rethink the hierarchical logic of global capitalism and reflect on environmental justice.

**Keywords:** Natural resources, accumulation by dispossession, Global Capitalism, Environmental justice.

<sup>1</sup> Esse artigo foi elaborado com base na convergência de duas pesquisas, a primeira a dissertação de mestrado "Acordo para quem?: uma análise do acordo firmado entre a Vale e o Estado no pós rompimento da barragem de Brumadinho" (realizada por Marina Oliveira, sob a orientação do Prof. Leonardo César Souza Ramos, no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais). A segunda investigação conta o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), instituições as quais agradecemos. O projeto de pesquisa "Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica: análise do papel da Agência Nacional de Águas na internalização de políticas internacionais de mitigação e adaptação dos efeitos das mudanças climáticas ao modelo brasileiro de governança de recursos hídrico" é coordenado por Matilde de Souza (Professora do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC Minas).

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo sustenta-se numa revisão bibliográfica em torno das mutações do capitalismo, da crise ambiental e dos Direitos Humanos. Apoiando-se numa perspectiva que entrelaça Ecologia Política, Economia Política Internacional e Relações Internacionais, realiza-se uma reflexão baseada no Materialismo Histórico-geográfico-dialético do britânico David Harvey (nascido em 1935) acerca da transformação dos vínculos entre natureza-sociedade na atual crise do capitalismo, frente às questões da justiça ambiental e dos Direitos Humanos.

Coloca-se a questão: seria possível compatibilizar a conservação da natureza e a acumulação de capital nas atuais configurações do capitalismo? A maior complexidade do capitalismo globalizado é caracterizada também por processos de regulação e governança ambiental. As interações entre o Estado e a sociedade devem ser consideradas centrais no plano da gestão pública, de forma a assegurar mecanismos que ampliem a qualidade das políticas e serviços públicos e a qualidade do regime político em que a administração opere.

Na primeira seção, discute-se o conceito de território, articulando-o à questão dos recursos naturais e da expansão de processos associados ao capitalismo. A segunda seção trata da contribuição de David Harvey sobre a acumulação por espoliação. E a terceira seção aponta dimensões críticas para a busca da justiça social tendo em vista os desafios para compatibilizar desafios sócio-políticos e a justiça ambiental.

## 2. TERRITÓRIO, RECURSOS NATURAIS E SISTEMA-MUNDO MODERNO

As discussões que envolvem conceitos ou noções, nos proporcionam a ideia de “que cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 31). A interpretação desses conceitos - ou seu conteúdo – expressa práticas que os modificam, a partir do momento em que as relações sociais também se modificam. Os conceitos “não são jamais criados do nada” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.31), daí a materialidade das relações sociais na presença do conceito (MARX, 2013).

A partir disso, considera-se como posicionamento para compreensão geopolítica das questões ambientais a partir da seguinte perspectiva para o conceito de território: 1) trata-se de uma construção social, realizada no entrelaçamento entre cultura, história e, portanto, não é algo natural ou instintivo, distinguindo-se de outros tipos de espaços (espaço e território não são sinónimos); 2) é a partir dessa concepção que se constrói o território e

não como uma porção da superfície terrestre aonde a sociedade tem o seu lugar predeterminado, presumindo-se a ocorrência de fenômenos naturais que moldariam as ações humanas; 3) é um produto das desiguais relações sociais e seus respectivos usos, incluindo aqui os exercícios do poder e a institucionalização de uma dada ordem; 4) não há nenhuma ordem internacional que não se baseia nessa concepção de território (BADIE, 1996; FOUCAULT, 2008; RAFFESTIN, 1993; SACK, 1986 e 2011).

Ao controle estatal do território articula-se, visceralmente, a retórica pautada pela “lógica do desenvolvimento”. A definição, características e propósitos do desenvolvimento têm sido historicamente objeto de inúmeras discussões. Desde as concepções clássicas do desenvolvimento, perpassando pelas reformulações a partir da teoria do crescimento e da modernização, as críticas estruturalistas, da Teoria da Dependência, a Análise do Sistemas-Mundo e, mais recentemente, as propostas neoliberais (LIMA, 2015). A partir de um olhar histórico-estrutural, a Teoria da Dependência mostra como, no desenho dual e desigual do sistema econômico, a periferia cumpre o papel de produtora de matérias primas e é dependente dos países do centro que organizam o sistema, decidem suas regras de funcionamento e tem uma produção industrial com alto valor agregado que exportam até os países periféricos (SEABRA, 2019).

Em diálogo com a Teoria da Dependência, a compreensão do capitalismo como sistema (COX, 1972; WALLERSTEIN, 2000) caracteriza-se primeiramente pela distribuição desigual dos resultados da circulação do capital, ficando as camadas mais abastadas com parcelas maiores da renda e da riqueza geradas, sendo beneficiadas por um padrão de consumo mais elevado e intensivo. Em decorrência disso, configura-se uma injustiça referente ao meio ambiente. São essas camadas excluídas que mais sofrem com os problemas gerados pela poluição – as áreas poluídas ficam desvalorizadas, incentivando sua ocupação pela população de baixa renda; locais onde vivem essas populações podem ser mais facilmente poluídos, pois elas não apresentam força política nem organização suficientes para evitar problemas ambientais.

Neste processo, o extrativismo, enquanto modelo econômico primário-exportador, consolida a dependência em posição subordinada dos países exportadores de matéria-prima em relação ao mercado mundial. A forma predominante e atual como se estabeleceu, há aproximadamente cinco séculos, o contrato social nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, imposto pelo sistema democrático-liberal, visando apenas a reprodução do capital, gerou uma grave crise na atual conjuntura do capitalismo. A relação entre as economias centrais e periféricas seria marcada por uma compreensão crítica dos modelos

de desenvolvimento e suas mudanças estruturais em consonância com a perspectiva do Sistema-Mundo Moderno, conforme a concepção de Immanuel Wallerstein.

Nas últimas décadas, com a consolidação da agenda ambiental global, antes de haver uma ecologização da economia, houve uma economização do meio ambiente, sobretudo por uma transmutação do discurso desenvolvimentista em “desenvolvimento sustentável”, que na maioria das vezes traduz uma economia ambiental, que continua a acumular indefinitivamente o capital, por meio da espoliação brutal dos recursos naturais e da mão de obra. Em certa medida, excetuando posicionamentos de ativistas efetivamente comprometidos com a justiça socioambiental, a maioria das proposições em torno do desenvolvimento sustentável constituem uma continuação maquiada do Sistema-Mundo hegemônico vigente e do Capitalismo. Ou seja, não se rompe com o conjunto de costumes, regras, procedimentos, paradigmas, que regulam o funcionamento de sociedades na modernidade ocidental.

Giddens (2010) chama a atenção para a contradição que existe no termo “desenvolvimento sustentável”, uma vez que sustentabilidade está comumente associada à continuidade, equilíbrio e soluções duradouras, enquanto desenvolvimento tem com dinamismo, mudança e por vezes a processos estritamente econômicos (GIDDENS, 2010). Logo, há que se considerar esta contradição para que compreenda os desafios atrelados à compatibilização de ecologia e economia.

A ciência também foi manipulada por pressupostos político-liberais que fizeram muitos verem a autonomia das partes em detrimento da inter-relação do todo na formação de um Sistema-Mundo. Não havia a visão de um meio ambiente conectado com o todo, mas apenas voltado para o deleite de alguns moradores do planeta Terra. Enquanto o conhecimento estivesse associado ao Estado, tenderia a reificar as relações de poder existentes, sendo que qualquer alteração se submeteria aos interesses estatais<sup>2</sup>. Desta forma, os cientistas comporiam uma força social cujo dever principal não poderia deixar de ser a transformação da realidade social de forma a expandir a emancipação humana.

Immanuel Wallerstein (2002) reconhece no fenômeno de expansão do capitalismo a emergência de uma nova semântica do conceito de lugar e do conceito de tempo. No entanto, isto não se faz sem os componentes paradoxais de sempre, dissimulados, entretanto: fragmentação-homogeneização, soberania-integração, diversidade-

---

<sup>2</sup> Para uma notável e precisa interpretação da proximidade, quase promíscua, entre as disciplinas científicas e o Estado, sua gênese e sua institucionalização, ver Wallerstein (1996).

pensamento único, comunidades econômicas-sistema-mundo, liberdade-ajuste, local-global etc.

### 3. A CONTRIBUIÇÃO DE DAVID HARVEY: ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Nesta mesma linha de análise, demonstra-se uma dinâmica no processo de globalização, em relação à experiência “espaço e tempo” e a alteração de sentido que esta relação estabelece, sobretudo, na forma de interpretar e conceber o mundo:

O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar este fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo o que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais (HARVEY, 2010, p. 240).

David Harvey (Reino Unido, 1935) tem uma carreira associada à Geografia, mas é atualmente muito mais reconhecido como um dos influentes pensadores críticos ao capitalismo, ressignificando um conjunto de conceitos marxistas. Isso se traduz por uma vasta obra, além de uma forte presença midiática.

A importância da obra de David Harvey tanto para as Relações Internacionais quanto para a Economia Política Internacional já foi assinalada por Arrighi (2008), Postone (2008) e Scotelaro, Ramos & Teixeira (2018). Harvey propõe a expressão “acumulação por espoliação” para dar conta da nova realidade, o que abre para debates com a tradição marxista: “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (HARVEY, 2014, p. 135). Existe uma violenta separação das pessoas dos seus meios de produção, com forte processo de privatização e mercadorização da natureza, na procura de aumentos de rentabilidade.

Em *O Novo Imperialismo*, originalmente publicado em 2003, David Harvey (2014) analisa a atual condição do capitalismo global e o papel do imperialismo estadunidense em suas diferentes faces ao longo dos últimos anos. Logo no início, em Tudo por causa do petróleo, Harvey (2014, 11 - 30) tenta compreender os motivos que levaram a invasão dos Estados Unidos ao Iraque. Os EUA, que vinham a tempos interessados em fazer uma intervenção no Iraque, tiveram, através do 11 de setembro, “um evento catastrófico e catalisador”, que convenceu a população doméstica de que era necessário um contra-

ataque. A narrativa criada foi suficiente para conseguirem o apoio popular para aquilo que ficou conhecido como a "caçada ao terrorismo".

Contudo, ao fazer uma análise geopolítica da região do Oriente Médio, percebe-se que talvez a "caçada ao terrorismo" não tenha sido a principal razão norte-americana para justificar sua invasão. Uma vez que o petróleo é um recurso finito, para manter a situação de hegemonia internacional, é preciso assegurar o controle daquelas reservas que garantam a estabilidade econômica e política no futuro próximo, como as do Oriente Médio. Conforme as concepções da geopolítica do petróleo de Klare (2001), que serve de base para Harvey (2014, p. 25), "quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo". Isso nos leva a perguntar se os Estados Unidos estariam preocupados em garantir a ordem global ou simplesmente manter sua situação de hegemonia mundial.

No que se refere às práticas império-capitalistas, destaca-se que elas operam a partir da "exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital" (HARVEY, 2014, p. 35). Em outras palavras, territórios ricos se consolidam a partir da exploração e apropriação de outros territórios. Por sua vez, este não é um processo natural, isto é, reforça-se o papel institucional cumprido pelo Estado como fundamental para garantir a perpetuação dessas desigualdades e assimetrias (HARVEY, 2014, p. 31 - 76).

Os Estados não fazem distinção quando o assunto é a utilização de práticas de consentimento ou coerção para a manutenção de sua hegemonia. Isto é, não hesitam em infringir regras de convivência traçadas por eles mesmo, como a própria Constituição. Isso se agrava ainda mais em contextos internacionais, patrocinando golpes de estado a governos democraticamente eleitos não somente no Chile, mas também na Indonésia, Brasil, República Democrática do Congo, República Dominicana, Vietnã, Guatemala, Iraque, Irã etc. (HARVEY, 2014).

A partir dessas práticas imperialistas e capitalistas, combinando coerção e consentimento para se manter em posição privilegiada em relação a outros atores, os Estados Unidos foram criando seu próprio modelo de imperialismo (HARVEY, 2014). O governo norte americano aprendeu "gradualmente a mascarar o caráter explícito das conquistas e ocupações territoriais sob a capa de uma universalização não espacial de seus próprios valores" (HARVEY, 2014, p. 47), o que ficou conhecido como o fenômeno da globalização.

O imperialismo estadunidense foi e é marcado profundamente pelo estabelecimento de relações clientelistas com países que recentemente haviam declarado sua independência. A narrativa central era garantir um ambiente relacional propício ao livre comércio, ao desenvolvimento econômico e à acumulação do capital. Assim, foram construindo relações bilaterais e se colocando como ponte para a relação com atores terceiros. Desse modo, conseguiam manter o controle de possíveis articulações entre os Estados, utilizando a "estratégia de dividir para governar" e minimizando as possibilidades de organização de caráter mais coletivista (HARVEY, 2014).

Sabendo que os capitalistas buscam a maximização de seus lucros, é natural inferir que eles terão preferência em implantar seus negócios naqueles "locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores" (HARVEY, 2014, p. 83). As desigualdades produzidas por esta lógica econômica geram, por sua vez, tendências de "concentrações de privilégios e poderes em certos lugares em vez de em outros". (HARVEY, 2014, p. 85). Tudo isso contribui para a formação de uma "paisagem geográfica" cada vez mais assimétrica, no que se refere à lógica do modelo econômico capitalista (HARVEY, 2014).

Mesmo quando países pobres se encontram em situação de desvantagem econômica, a arquitetura financeira é projetada para que eles sejam "escoadouros de capitais excedentes" e permaneçam aprisionados em suas dívidas. Ou seja, esses países já em situação de vulnerabilidade acabam amortecendo e protegendo os países credores da desvalorização (HARVEY, 2014): "como não é possível que todos tenham sucesso a longo prazo, ou o mais fraco sucumbe, caindo em sérias crises de desvalorização localizada, ou então eclodem lutas geopolíticas entre regiões" (HARVEY, 2014, p. 105).

A falácia do neoliberalismo viabilizar uma economia livre, aberta e justa, sucumbe quando percebemos a lógica monopolista e/ou oligopolista instalada nos territórios. Para além disso, o capital financeiro não necessariamente se preocupa em impulsionar atividades produtivas. Pelo contrário, muitas vezes se encarrega de promover lucros por meio da especulação, simplesmente para garantir sua busca interminável de acumulação do capital. Sendo assim, os territórios e as populações mais impactadas pelas manobras de desvalorização e especulação são aquelas já em situação de maior vulnerabilidade social (HARVEY, 2014).

Um conceito-chave é acumulação por espoliação (HARVEY, 2014, p. 115-148). Para melhor compreender sua conceituação, é interessante resgatar o conceito de acumulação primitiva, introduzido por Marx em "O Capital". Segundo ele, a acumulação primitiva pode ser entendida como aquela dinâmica histórica de isolar o produtor dos meios de produção:

"processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho" (MARX, 2013, p. 786). Ela se daria sobretudo a partir dos cercamentos de terras comuns, com a expulsão de seus moradores e criação das condições necessárias para a instauração do regime capitalista. Em outras palavras, a acumulação primitiva seria aquele impulso inicial ao capitalismo, através da transformação da terra em capital, e dos camponeses em proletariado (MARX, 2013).

O que Harvey tenta propor, através do conceito de acumulação por espoliação, é justamente que, aquilo que Marx compreendeu como sendo pré-condição ao capitalismo - acumulação primitiva -, não é somente o "pecado original" capitalista. Pelo contrário, é estruturante para a sobrevivência e manutenção do capitalismo. Sendo assim, o saque, o roubo, a fraude e a pilhagem de recursos naturais não seriam somente o ponto de partida do sistema capitalista, mas fariam parte de seu *modus operandis*, sobretudo em contextos de crise de sobreacumulação (HARVEY, 2014). Isso acontece devido ao fato de, em momentos de crise econômica, o capital desejar manter as taxas de lucro altas mesmo quando a relação capital-trabalho não consegue sustentar estas taxas. Isto é, os capitalistas se apropriam de territórios onde a força de trabalho e os recursos naturais tenham um custo inferior (HARVEY, 2014).

A acumulação por espoliação acontece de variadas formas. Alguns exemplos são o saque de recursos naturais de países periféricos, a biopirataria, a espoliação de saberes, a privatização, a expulsão das populações de seus territórios, a escravização, entre outros. Tudo isso faz parte da prática capitalista contemporânea. O que é surpreendente, pois, é saber que muitas dessas práticas não são consideradas ilegais. Aqui, mais uma vez, os Estados e as instituições internacionais (ambos orientados pela potência hegemônica), são responsáveis por orquestrar as desigualdades geradas no sistema econômico, a fim de proteger os pilares capitalistas (HARVEY, 2014).

Com a aderência de muitos Estados ao modelo neoliberal, buscava-se "tipicamente expropriar as propriedades coletivas, privatizar e instaurar uma estrutura de mercados abertos tanto de mercadorias como de capitais" (HARVEY, 2014, p. 150). O resultado desta dinâmica foi o surgimento da "classe capitalista transnacional" (HARVEY, 2014):

Essa classe pouco ligava para lealdades ou tradições nacionais ou vinculadas ao lugar; podia ser multirracial, multiétnica, multicultural e cosmopolita. Se as exigências financeiras e a busca de lucros requeria que se fechassem fábricas e se reduzisse a capacidade manufatureira no próprio quintal dessa classe, que assim se agisse (HARVEY, 2014, p. 152).

Aos poucos, pode-se observar a passagem do imperialismo neoliberal norte-americano para um imperialismo neoconservador. Sustentado por cristãos fundamentalistas, o programa neoconservador foi ganhando cada vez mais relevância, sobretudo depois do 11 de setembro. Em consonância a isso, o imperialismo norte-americano foi abandonando cada vez mais a "hegemonia por consenso", e optando pelo "domínio pela coerção", o que pode ser ilustrado com a invasão do Iraque (HARVEY, 2014, p. 162). Mesmo assim, defende-se que talvez a única saída possível para aqueles que dominam e para os que são dominados, talvez seja o estabelecimento de uma espécie de "New Deal", mitigando minimamente os problemas de crises econômicas e espoliação (HARVEY, 2014).

A generalização do antiamericanismo pouco contribui para o combate ao imperialismo estadunidense, neoconservador e neoliberal: "aqueles que lutam nos Estados Unidos para construir uma alternativa, tanto internamente como no tocante a envolvimento externos, precisam de toda a simpatia e de todo o apoio que puderem obter" (HARVEY, 2014, p. 170). Isto é, tanto a construção do imperialismo quanto a resistência a ele, dependem profundamente da dialética entre a sociedade estadunidense e o sistema interestatal (HARVEY, 2014).

#### **4. RUMO À JUSTIÇA AMBIENTAL**

As temporalidades dos diversos espaços, crescentemente integrados, abreviam o curso de vários processos históricos. Os espaços, tornados conexos, amplificam-se e adensam-se seus fluxos (HARVEY, 2010). A perspectiva que forma nosso quadro referencial é a dimensão regional (com destaque para a questão do desenvolvimento), a dimensão histórica (temporal), a dimensão da análise ambiental (sobretudo, nos aspectos sócio-político-econômicos) e a dimensão geopolítica. Um grande desafio ainda permanece como elemento precípua da geopolítica global face à crise ambiental: desenvolver um sistema internacional mais justo e igualitário entre povos e países. Diante disso, problematiza-se quais categorias de análise devem ser acionadas para entender a ausência de ação prática, concreta e cotidiana em relação, por exemplo, às ameaças da mudança climática:

(...) visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais (GIDDENS, 2010, p 20).

Nossa rotina cotidiana e individual afeta a continuidade e a qualidade de nossa existência coletiva, sem que muitos de nós percebam. Na busca de um mundo habitável, considera-se que:

o medo e a insegurança são palavras presentes em nosso cotidiano. Risco, perigo e vulnerabilidade são outras palavras que acompanham as primeiras em suas aparições na mídia, nas conversas e nas preocupações acadêmicas. “Estar em risco”, “proteger-se do perigo”, “manter-se seguro”, “diminuir a vulnerabilidade”. Essas são ações correntes que executamos em busca de tranquilidade e para poder usufruir uma vida com maior qualidade (MARANDOLA JÚNIOR, 2014, p. 13).

Os desafios para um habitar humanizado e, efetivamente, sustentável requer, urgentemente políticas de adaptação ao aumento das condições de risco e vulnerabilidade. Considerando essas questões, tem-se um conjunto de conflitos socioambientais nos quais os processos de territorialização dos recursos naturais se destacam. Os conflitos socioambientais envolvem muitas comunidades tradicionais, tais como povos indígenas, ribeirinhos, camponeses, caboclos, quilombolas, caiçaras e ciganos. A partir disso colocam-se importantes questionamentos: qual a autonomia que uma comunidade tradicional possui diante de tantos interesses?; ela pode negar-se a prestar informações?; ela pode negociar diretamente com empresas transnacionais, negligenciando a presença do Estado? (ACSELRAD, 2005; ALIER, 2007; ESCOBAR, 2005; LEFF, 2001).

Os conflitos socioambientais estão presentes em variados contextos históricos e geográficos. Embora predomine a percepção de que esses conflitos se mostram negativos, há outra perspectiva que destaca a importância deles para o desenvolvimento das sociedades, muitas vezes abrindo possibilidades para dinâmicas cooperativas. No século XXI o conflito que se apresenta com maior evidência se relaciona ao uso e preservação (e ou conservação) dos recursos naturais, são fundamentais por conter nas suas análises a discussão da permanência da humanidade no planeta. A natureza faz parte dos interesses difusos. Cada indivíduo gostaria que os recursos naturais fossem preservados/conservados, porém poucos adotam estas ações como preponderantes em suas atividades socioeconômicas, aumentando a pressão sobre a natureza e a escassez de bens naturais se torna iminente (GIDDENS, 2010).

Neste contexto é imprescindível avaliar a possibilidade de inversão do processo e ponderar sobre a comunalização de alguns recursos naturais e isto significa transformar em bens comuns, recursos anteriormente privatizados, atitude que intensificará os conflitos relacionados à natureza.

A contínua criação e destruição de paisagens naturais traduz um conjunto de desigualdades, que reverberam os conflitos entre capital, trabalho e recursos. Sob a égide das promessas de desenvolvimento neoliberal oculta-se as intenções do poder econômico na promoção da acumulação, segregando segmentos da força de trabalho e grupos étnico-raciais e outras minorias, na busca de um esvaziamento da participação política da sociedade, considerando que as tomadas de decisão mais significativas são tomadas em níveis superiores da escala local ou, até mesmo nacional, ou seja, em instâncias internacionais do capitalismo global.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo realizou um esforço de oferecer uma discussão crítica sobre a articulação entre território, recursos naturais, acumulação por espoliação e justiça ambiental. Essa discussão se mostrou possível pois, como visto, a acumulação por espoliação, para David Harvey (2014), tem a ver com a destruição de um caminho aberto pela acumulação primitiva.

A questão que orientou esta discussão foi: seria possível compatibilizar a conservação da natureza e a acumulação de capital nas atuais configurações do capitalismo? Conflitos socioambientais estão presentes em diversos contextos e, como evidenciado, a natureza e seus recursos está sujeita a diversos interesses. O desafio que está posto tem a ver com a intensificação de reflexões sobre participação política das sociedades em processos decisórios onde escalas hierárquicas superiores do capitalismo global tem mais poder e voz. Só assim seria possível começar a discutir a compatibilização de processos inter-relacionados, mas que, como visto, estão distantes de um consenso que leve à justiça ambiental.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido. In.: **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. 384p.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Boitempo, 2008. 430p.

BADIE, B. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996 (Original: 1995). 306p.

COX, O. C. **El capitalismo como sistema**. Madrid: Fundamentos, 1972. 13p.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 272p.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. 590p.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 316p.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 252p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 352p.

HARVEY, D. **Espaços da esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 384p.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996. 480p.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 208p.

KLARE, M. **Resource Wars**: the new landscape of global conflict. New York: Henry Holt, 2001. 304p.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001. 496p.

LIMA, M. C. As Teorias do Desenvolvimento: a propósito dos conceitos de centro e periferia. **Século XXI: Revista de Relações Internacionais**, v. 6, n. 1, p. 13-24, 2015.

MARANDOLA JÚNIOR, E. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. São Paulo: Blucher, 2014. 248p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I - o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 894p.

POSTONE, M. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey. **Novos estud.**, São Paulo, n. 81, p. 79-97, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270p.

SACK, R. D. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 272p.

SACK, R. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 5-27.

SCOTELARO, M.; RAMOS, L.; TEIXEIRA, R. Acumulação por despossessão, novo imperialismo e neoliberalismo: notas sobre David Harvey e o Internacional. **Crítica Marxista**, v. 46, p. 163-171, 2018.

SEABRA, R. L. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Soc. estado.**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 261-283, 2019.

WALLERSTEIN, I. Oliver C. Cox as World-Systems Analyst. In: HUNTER, H. M.; ABRAHAM, S. Y. (Eds.). **The sociology of Oliver C. Cox**: new perspectives. Bingley: Emerald, 2000. p. 173-183.

WALLERSTEIN, I. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996. p. 447-470.

WALLERSTEIN, I. **Após o Liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 272p.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 137p.

WALLERSTEIN, I. **Impensar a Ciência Social**: os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. 336p.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamento, 1990. 404p.

Recebido: 17/05/2022

Aceito: 07/06/2022